

25<sup>a</sup>

EDIÇÃO  
2020

ORGANIZAÇÃO:  
Luciana Nepomuceno

Constituição Federal + Código + Legislação

**Maxiletra** LETRAS  
GRANDES

# Código Eleitoral

 EDITORA  
**RIDEEL**  
Quem tem Rideel tem mais.

## Expediente

Fundador	Italo Amadio ( <i>in memoriam</i> )
Diretora Editorial	Katia Amadio
Editor-Chefe	Adão Pavoni
Equipe Técnica	Fabiana Caporrino Thaís Sampaio
Assistente Editorial	Mônica Ibiapino
Projeto Gráfico	Sergio A. Pereira
Revisão	Equipe Rideel
Diagramação	Sheila Fahl/Projeto e Imagem
Impressão	Gráfica e Editora Santuário

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Brasil

[Código Eleitoral]

Código eleitoral / Raphael Perissé Rodrigues Barbosa, organização. – 25. ed. –  
São Paulo : Rideel, 2020.  
480 p. (Maxiletra)

Inclui: Constituição Federal e Legislação.  
ISBN 978-85-339-5854-8

1. Eleições – Leis e legislação – Brasil 2. Partidos políticos – Leis e legislação  
– Brasil I. Barbosa, Raphael Perissé Rodrigues. II. Título. III. Série

19-2918 CDD 342.8107  
CDU 342.8(81)(094.4)

#### Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Código eleitoral

Edição Atualizada até 8-1-2020

© Copyright – Todos os direitos reservados à



Av. Casa Verde, 455 – Casa Verde  
CEP 02519-000 – São Paulo – SP  
e-mail: sac@rideel.com.br  
www.editorarideel.com.br



Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

1 3 5 7 9 8 6 4 2  
0 1 2 0

## ÍNDICE GERAL DA OBRA

<b>Apresentação .....</b>	<b>VII</b>
<b>Lista de Abreviaturas.....</b>	<b>VIII</b>
<b>Índice Cronológico da Legislação por Tipo de Ato Normativo.....</b>	<b>IX</b>
<b>Constituição Federal</b>	
• Índice Sistemático da Constituição da República Federativa do Brasil.....	3
• Constituição da República Federativa do Brasil.....	7
• Ato das Disposições Constitucionais Transitórias .....	148
• Índice Alfabético-Remissivo da Constituição da República Federativa do Brasil, de suas Disposições Transitórias e Emendas Constitucionais .....	181
<b>Emenda Constitucional.....</b>	<b>213</b>
<b>Código Eleitoral</b>	
• Índice Sistemático do Código Eleitoral.....	217
• Código Eleitoral .....	221
• Índice Alfabético-Remissivo do Código Eleitoral .....	287
<b>Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.....</b>	<b>293</b>
<b>Legislação Complementar .....</b>	<b>301</b>
<b>Súmulas</b>	
• Vinculantes do Supremo Tribunal Federal.....	451
• Supremo Tribunal Federal.....	455
• Superior Tribunal de Justiça.....	455
• Tribunal Superior Eleitoral .....	458
<b>Índice por Assuntos da Legislação Complementar ao Código Eleitoral e Súmulas .....</b>	<b>465</b>

## APRESENTAÇÃO

A Editora Rideel, empresa nacionalmente reconhecida por sua destacada atuação e pioneirismo na área de publicação de legislação, vem mais uma vez revolucionar o mercado editorial com a **Coleção de Legislação Maxiletra 2020**.

Baseada nas já renomadas e consagradas edições de sua coleção de legislação, obras que são ininterruptamente editadas desde a década de 1990, a Rideel criou um novo e moderno projeto gráfico que traz a **letra 50% maior** do que a edição anterior. Além do aumento no tamanho da letra, **a fonte também foi trocada e está mais legível e o espaço entre letras e entre parágrafos também foi aumentado**.

A **Coleção Maxiletra 2020 abrange os mais diversos ramos do Direito e é composta por 16 títulos**:

- Constituição Federal • Código Civil • Código Comercial • Código de Processo Civil • Código Penal • Código de Processo Penal • Código Penal Militar e Código de Processo Penal Militar • Código de Defesa do Consumidor • Código Tributário Nacional • Código Eleitoral • Código de Trânsito Brasileiro • Consolidação das Leis do Trabalho • Legislação de Direito Previdenciário • Legislação de Direito Administrativo • Legislação de Direito Ambiental • Legislação de Direito Internacional.

O projeto gráfico e a organização conjugam praticidade e comodidade e os **diversos facilitadores de consulta** continuam sendo um diferencial das obras, apreciados pelos operadores, professores e acadêmicos do Direito, a saber:

- Índice Cronológico Geral, contendo todos os diplomas legais publicados na obra;
- Notas remissivas a outros artigos, diplomas legais e súmulas;
- Índices Sistemático e Alfabético-Remissivo para cada Código;
- Índices por assuntos da legislação extravagante;
- Atualizações de 2019 e 2020 em destaque;
- Tarjas laterais identificativas das seções; e
- Indicação do número dos artigos no cabeçalho dos Códigos e do número das leis no cabeçalho da legislação.

Todos os diplomas legais estão **rigorosamente atualizados até a data indicada na página IV** dos livros, e a Rideel oferece, gratuitamente, as atualizações publicadas até 31 de outubro de 2020, em seu *site* [www.apprideel.com.br](http://www.apprideel.com.br). Para ter acesso basta se cadastrar.

Esta Editora, sempre empenhada em oferecer o melhor produto, continua seguindo seus objetivos de constante aprimoramento e atualização, mantendo-se sempre receptiva às críticas e às sugestões que podem ser feitas pelo *e-mail*: [sac@rideel.com.br](mailto:sac@rideel.com.br)

O Editor

## LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS NAS NOTAS

<b>Ac.</b>	Acórdão	<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>ADCT</b>	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	<b>ECR</b>	Emenda Constitucional de Revisão
<b>ADECON</b>	Ação Declaratória de Constitucionalidade	<b>ER</b>	Emenda Regimental
<b>ADIN</b>	Ação Direta de Inconstitucionalidade	<b>IN</b>	Instrução Normativa
<b>Art.</b>	Artigo	<b>j.</b>	juízo
<b>Arts.</b>	Artigos	<b>LC</b>	Lei Complementar
<b>CADE</b>	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	<b>LCP</b>	Lei das Contravenções Penais
<b>c/c</b>	combinado com	<b>LEP</b>	Lei de Execução Penal
<b>CC/1916</b>	Código Civil de 1916	<b>LINDB</b>	Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Dec.-Lei nº 4.657, de 4-9-1942)
<b>CC/2002</b>	Código Civil de 2002	<b>MP</b>	Medida Provisória
<b>CCom.</b>	Código Comercial	<b>OAB</b>	Ordem dos Advogados do Brasil
<b>CDC</b>	Código de Defesa do Consumidor	<b>Port.</b>	Portaria
<b>CE</b>	Código Eleitoral	<b>Res.</b>	Resolução
<b>CEF</b>	Caixa Econômica Federal	<b>Res. Adm.</b>	Resolução Administrativa
<b>CF</b>	Constituição Federal de 1988	<b>Res. Norm.</b>	Resolução Normativa
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis do Trabalho	<b>REsp</b>	Recurso Especial
<b>CP</b>	Código Penal	<b>RFB</b>	Secretaria da Receita Federal do Brasil
<b>CPC/1973</b>	Código de Processo Civil de 1973	<b>RISTF</b>	Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal
<b>CPC/2015</b>	Código de Processo Civil de 2015	<b>RISTJ</b>	Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça
<b>CPM</b>	Código Penal Militar	<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>CPP</b>	Código de Processo Penal	<b>STJ</b>	Superior Tribunal de Justiça
<b>CPPM</b>	Código de Processo Penal Militar	<b>STM</b>	Superior Tribunal Militar
<b>CTB</b>	Código de Trânsito Brasileiro	<b>Súm.</b>	Súmula
<b>CTN</b>	Código Tributário Nacional	<b>TFR</b>	Tribunal Federal de Recursos
<b>CTVV</b>	Convenção de Viena sobre Trânsito Viário	<b>TJ</b>	Tribunal de Justiça
<b>Dec.</b>	Decreto	<b>TRF</b>	Tribunal Regional Federal
<b>Dec.-lei</b>	Decreto-lei	<b>TRT</b>	Tribunal Regional do Trabalho
<b>Del.</b>	Deliberação	<b>TSE</b>	Tribunal Superior Eleitoral
<b>DOU</b>	Diário Oficial da União	<b>TST</b>	Tribunal Superior do Trabalho
<b>EC</b>	Emenda Constitucional		

## Índice Cronológico da Legislação por Tipo de Ato Normativo

### Emendas Constitucionais

- 91, de 18 de fevereiro de 2016 – Altera a Constituição Federal para estabelecer a possibilidade, excepcional e em período determinado, de desfiliação partidária, sem prejuízo do mandato..... 213
- 97, de 4 de outubro de 2017 – Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, estabelecer normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispor sobre regras de transição ..... 213

### Leis Complementares

- 64, de 18 de maio de 1990 – Estabelece, de acordo com o artigo 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências..... 321
- 78, de 30 de dezembro de 1993 – Disciplina a fixação do número de Deputados, nos termos do art. 45, § 1º, da Constituição Federal..... 330
- 86, de 14 de maio de 1996 – Acrescenta dispositivo ao Código Eleitoral, a fim de permitir a ação rescisória em casos de inelegibilidade ..... 347

### Decretos-Leis

- 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro ..... 293
- 201, de 27 de fevereiro de 1967 – Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências..... 301
- 1.064, de 24 de outubro de 1969 – Altera a redação do art. 302 do Código Eleitoral e dá outras providências..... 304

### Leis

- 4.410, de 24 de setembro de 1964 – Institui prioridade para os feitos eleitorais e dá outras providências..... 301
- 4.737, de 15 de julho de 1965 – Institui o Código Eleitoral..... 221
- 6.007, de 19 de dezembro de 1973 – Estabelece normas para fixação do número de Deputados à Câmara dos Deputados e às Assembleias Legislativas ..... 305
- 6.091, de 15 de agosto de 1974 – Dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências ..... 305
- 6.192, de 19 de dezembro de 1974 – Dispõe sobre restrições a brasileiros naturalizados, e dá outras providências ..... 308
- 6.236, de 18 de setembro de 1975 – Determina providências para cumprimento da obrigatoriedade do alistamento eleitoral..... 308
- 6.448, de 11 de outubro de 1977 – Dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais, e dá outras providências ..... 308
- 6.683, de 28 de agosto de 1979 – Concede anistia e dá outras providências..... 315
- 6.996, de 7 de junho de 1982 – Dispõe sobre a utilização de processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais, e dá outras providências ..... 316
- 6.999, de 7 de junho de 1982 – Dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral, e dá outras providências ..... 318
- 7.444, de 20 de dezembro de 1985 – Dispõe sobre a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e a revisão do eleitorado, e dá outras providências..... 319
- 8.350, de 28 de dezembro de 1991 – Dispõe sobre gratificações e representações na Justiça Eleitoral..... 329

- 8.868, de 14 de abril de 1994 – Dispõe sobre a criação, extinção e transformação de cargos efetivos e em comissão, nas Secretarias do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, e dá outras providências ..... 330
- 8.985, de 7 de fevereiro de 1995 – Concede, na forma do inciso VIII do art. 48 da Constituição Federal, anistia aos candidatos às eleições de 1994, processados ou condenados com fundamento na legislação eleitoral em vigor, nos casos que especifica ..... 332
- 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os artigos 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal ..... 332
- 9.265, de 12 de fevereiro de 1996 – Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania ..... 346
- 9.274, de 7 de maio de 1996 – Dispõe sobre anistia relativamente às eleições de 3 de outubro e de 15 de novembro dos anos de 1992 e 1994 ..... 347
- 9.504, de 30 de setembro de 1997 – Estabelece normas para as eleições ..... 347
- 9.709, de 18 de novembro de 1998 – Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do artigo 14 da Constituição Federal ..... 389
- 9.996, de 14 de agosto de 2000 – Dispõe sobre anistia de multas aplicadas pela Justiça Eleitoral em 1996 e 1998 ..... 391
- 12.016, de 7 de agosto de 2009 – Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências ..... 392
- 12.034, de 29 de setembro de 2009 – Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral ..... 416
- 13.165, de 29 de setembro de 2015 – Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina (Excertos) ..... 432
- 13.300, de 23 de junho de 2016 – Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências ..... 433
- 13.487, de 6 de outubro de 2017 – Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, e 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a propaganda partidária no rádio e na televisão ..... 435
- 13.488, de 6 de outubro de 2017 – Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral ..... 436

## Decretos

- 4.199, de 16 de abril de 2002 – Dispõe sobre a prestação de informações institucionais relativas à Administração Pública Federal a partidos políticos, coligações e candidatos à Presidência da República até a data da divulgação oficial do resultado final das eleições .... 391
- 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007 ..... 396
- 7.791, de 17 de agosto de 2012 – Regulamenta a compensação fiscal na apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ pela divulgação gratuita da propaganda partidária e eleitoral, de plebiscitos e referendos ..... 416

## Portaria do TSE

- 396, de 20 de agosto de 2015 – Dispõe sobre a utilização obrigatória do PJe para a propositura e a tramitação das ações originárias nas classes Ação Cautelar, *Habeas Data*, *Habeas Corpus*, Mandado de Injunção e Mandado de Segurança ..... 432

**Portaria Conjunta**

- 1, de 8 de setembro de 2016 – Dispõe sobre o apoio institucional da Secretária da Receita Federal do Brasil ao Tribunal Superior Eleitoral nas atividades de verificação de contas de candidatos e partidos políticos..... 435

**Resoluções do TSE**

- 23.396, de 17 de dezembro de 2013 – Dispõe sobre a apuração de crimes eleitorais ..... 418
- 23.417, de 11 de dezembro de 2014 – Institui o Processo Judicial Eletrônico (PJe) da Justiça Eleitoral como o sistema informatizado de constituição e tramitação de processos judiciais e administrativos nessa esfera da Justiça, por meio do qual serão realizados o processamento das informações judiciais e o gerenciamento dos atos processuais, e define os parâmetros de sua implementação e funcionamento..... 419
- 23.440, de 19 de março de 2015 – Disciplina os procedimentos para a realização da atualização ordinária do cadastro eleitoral, com a implementação de nova sistemática de identificação do eleitor, mediante incorporação de dados biométricos e por meio de revisões de eleitorado de ofício, em municípios previamente selecionados pelos tribunais regionais eleitorais, e dá outras providências..... 428
- 23.571, de 29 de maio de 2018 – Disciplina a criação, organização, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos ..... 437

# *Constituição Federal*

---

# Índice Sistemático da Constituição da República Federativa do Brasil

## PREÂMBULO

### TÍTULO I

#### DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Arts. 1º a 4º .....	7
---------------------	---

### TÍTULO II

#### DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Arts. 5º a 17 .....	9
Capítulo I – Dos direitos e deveres individuais e coletivos – art. 5º.....	9
Capítulo II – Dos direitos sociais – arts. 6º a 11 .....	18
Capítulo III – Da nacionalidade – arts. 12 e 13 .....	24
Capítulo IV – Dos direitos políticos – arts. 14 a 16 .....	26
Capítulo V – Dos partidos políticos – art. 17.....	27

### TÍTULO III

#### DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Arts. 18 a 43 .....	28
Capítulo I – Da organização político-administrativa – arts. 18 e 19.....	28
Capítulo II – Da União – arts. 20 a 24 .....	28
Capítulo III – Dos Estados federados – arts. 25 a 28.....	38
Capítulo IV – Dos Municípios – arts. 29 a 31 .....	39
Capítulo V – Do Distrito Federal e dos Territórios – arts. 32 e 33.....	42
Seção I – Do Distrito Federal – art. 32 .....	42
Seção II – Dos Territórios – art. 33 .....	42
Capítulo VI – Da intervenção – arts. 34 a 36.....	43
Capítulo VII – Da administração pública – arts. 37 a 43.....	44
Seção I – Disposições gerais – arts. 37 e 38 .....	44
Seção II – Dos servidores públicos – arts. 39 a 41 .....	49
Seção III – Dos Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios – art. 42 .....	54
Seção IV – Das regiões – art. 43 .....	54

### TÍTULO IV

#### DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

Arts. 44 a 135 .....	55
Capítulo I – Do Poder Legislativo – arts. 44 a 75 .....	55
Seção I – Do Congresso Nacional – arts. 44 a 47 .....	55
Seção II – Das atribuições do Congresso Nacional – arts. 48 a 50 .....	55
Seção III – Da Câmara dos Deputados – art. 51 .....	57
Seção IV – Do Senado Federal – art. 52 .....	57
Seção V – Dos Deputados e dos Senadores – arts. 53 a 56 .....	58
Seção VI – Das reuniões – art. 57 .....	59
Seção VII – Das comissões – art. 58 .....	60
Seção VIII – Do processo legislativo – arts. 59 a 69 .....	61
Subseção I – Disposição geral – art. 59 .....	61
Subseção II – Da Emenda à Constituição – art. 60.....	61
Subseção III – Das leis – arts. 61 a 69 .....	62
Seção IX – Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária – arts. 70 a 75.....	64
Capítulo II – Do Poder Executivo – arts. 76 a 91 .....	66
Seção I – Do Presidente e do Vice-Presidente da República – arts. 76 a 83.....	66

Seção II – Das atribuições do Presidente da República – art. 84 .....	67
Seção III – Da responsabilidade do Presidente da República – arts. 85 e 86 .....	68
Seção IV – Dos Ministros de Estado – arts. 87 e 88 .....	69
Seção V – Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional – arts. 89 a 91 ..	69
Subseção I – Do Conselho da República – arts. 89 e 90 .....	69
Subseção II – Do Conselho de Defesa Nacional – art. 91 .....	70
Capítulo III – Do Poder Judiciário – arts. 92 a 126 .....	70
Seção I – Disposições gerais – arts. 92 a 100 .....	70
Seção II – Do Supremo Tribunal Federal – arts. 101 a 103-B .....	76
Seção III – Do Superior Tribunal de Justiça – arts. 104 e 105 .....	80
Seção IV – Dos Tribunais Regionais Federais e dos juízes federais – arts. 106 a 110 .....	82
Seção V – Do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho – arts. 111 a 117 .....	84
Seção VI – Dos Tribunais e Juízes Eleitorais – arts. 118 a 121 .....	86
Seção VII – Dos Tribunais e Juízes Militares – arts. 122 a 124 .....	87
Seção VIII – Dos Tribunais e Juízes dos Estados – arts. 125 e 126 .....	87
Capítulo IV – Das funções essenciais à justiça – arts. 127 a 135 .....	88
Seção I – Do Ministério Público – arts. 127 a 130-A .....	88
Seção II – Da Advocacia Pública – arts. 131 e 132 .....	91
Seção III – Da Advocacia – art. 133 .....	92
Seção IV – Da Defensoria Pública – arts. 134 e 135 .....	92

## TÍTULO V

### DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Arts. 136 a 144 .....	93
Capítulo I – Do estado de defesa e do estado de sítio – arts. 136 a 141 .....	93
Seção I – Do estado de defesa – art. 136 .....	93
Seção II – Do estado de sítio – arts. 137 a 139 .....	93
Seção III – Disposições gerais – arts. 140 e 141 .....	94
Capítulo II – Das Forças Armadas – arts. 142 e 143 .....	94
Capítulo III – Da segurança pública – art. 144 .....	94

## TÍTULO VI

### DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

Arts. 145 a 169 .....	97
Capítulo I – Do sistema tributário nacional – arts. 145 a 162 .....	97
Seção I – Dos princípios gerais – arts. 145 a 149-A .....	97
Seção II – Das limitações do poder de tributar – arts. 150 a 152 .....	99
Seção III – Dos impostos da União – arts. 153 e 154 .....	101
Seção IV – Dos impostos dos Estados e do Distrito Federal – art. 155 .....	102
Seção V – Dos impostos dos Municípios – art. 156 .....	105
Seção VI – Da repartição das receitas tributárias – arts. 157 a 162 .....	106
Capítulo II – Das finanças públicas – arts. 163 a 169 .....	108
Seção I – Normas gerais – arts. 163 e 164 .....	108
Seção II – Dos orçamentos – arts. 165 a 169 .....	109

## TÍTULO VII

### DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

Arts. 170 a 192 .....	115
Capítulo I – Dos princípios gerais da atividade econômica – arts. 170 a 181 .....	115
Capítulo II – Da política urbana – arts. 182 e 183 .....	119
Capítulo III – Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária – arts. 184 a 191 .....	120
Capítulo IV – Do sistema financeiro nacional – art. 192 .....	122

## TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL

Arts. 193 a 232 .....	122
Capítulo I – Disposição geral – art. 193 .....	122
Capítulo II – Da seguridade social – arts. 194 a 204 .....	122
Seção I – Disposições gerais – arts. 194 e 195 .....	122
Seção II – Da saúde – arts. 196 a 200 .....	124
Seção III – Da previdência social – arts. 201 e 202 .....	127
Seção IV – Da assistência social – arts. 203 e 204 .....	130
Capítulo III – Da educação, da cultura e do desporto – arts. 205 a 217 .....	131
Seção I – Da educação – arts. 205 a 214 .....	131
Seção II – Da cultura – arts. 215 a 216-A .....	134
Seção III – Do desporto – art. 217 .....	136
Capítulo IV – Da ciência, tecnologia e inovação – arts. 218 a 219-B .....	136
Capítulo V – Da comunicação social – arts. 220 a 224 .....	137
Capítulo VI – Do meio ambiente – art. 225 .....	139
Capítulo VII – Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso – arts. 226 a 230...	141
Capítulo VIII – Dos índios – arts. 231 e 232 .....	144

## TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS

Arts. 233 a 250 .....	145
-----------------------	-----

## ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Arts. 1ª a 114 .....	148
----------------------	-----

# CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

► Publicada no *DOU* nº 191-A, de 5-10-1988.

## TÍTULO I – DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

**Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

► No plebiscito realizado em 21-4-1993, disciplinado na EC nº 2, de 25-8-1992, foram mantidos a república e o presidencialismo, como forma e sistema de governo, respectivamente.

► Arts. 18, *caput*, e 60, § 4º, I e II, desta Constituição.

I – a soberania;

► Arts. 20, VI, 21, I e III, 84, VII, VIII, XIX e XX, desta Constituição.

► Arts. 36, *caput*, 237, I a III, 260 e 263 do CPC/2015.

► Arts. 780 a 790 do CPP.

► Arts. 215 a 229 do RISTF.

II – a cidadania;

► Arts. 5º, XXXIV, LIV, LXXI, LXXIII e LXXVII, e 60, § 4º, desta Constituição.

► Lei nº 9.265, de 12-2-1996, estabelece a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.

► Lei nº 10.835, de 8-1-2004, institui a renda básica da cidadania.

III – a dignidade da pessoa humana;

► Arts. 5º, XLII, XLIII, XLVIII, XLIX, L, 34, VII, *b*, 226, § 7º, 227 e 230 desta Constituição.

► Art. 8º, III, da Lei nº 11.340, de 7-8-2006 (Lei que Coíbe a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher).

► Dec. nº 41.721, de 25-6-1957, promulgou a Convenção nº 29 da OIT, sobre Trabalho Forçado ou Obrigatório.

► Dec. nº 58.822, de 14-7-1966, promulgou a Convenção nº 105 da OIT, sobre Abolição do Trabalho Forçado.

► Súmulas Vinculantes nºs 6, 11 e 14 do STF.

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

► Arts. 6º a 11 e 170 desta Constituição.

V – o pluralismo político.

► Art. 17 desta Constituição.

► Lei nº 9.096, de 19-9-1995 (Lei dos Partidos Políticos).

**Parágrafo único.** Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

► Arts. 14, 27, § 4º, 29, XIII, 60, § 4º, II, e 61, § 2º, desta Constituição.

► Art. 1º da Lei nº 9.709, de 19-11-1998, que regula a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 desta Constituição.

**Art. 2º** São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

► Art. 60, § 4º, III, desta Constituição.

► Súm. Vinc. nº 37 do STF.

► Súm. nº 649 do STF.

**Art. 3º** Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

► Art. 29, 1, *d*, do Dec. nº 99.710, de 21-11-1990, que promulga a convenção sobre os direitos das crianças.

► Art. 10, 1, do Dec. nº 591, de 6-7-1992, que promulga o Pacto Internacional Sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

II – garantir o desenvolvimento nacional;

► Arts. 23, parágrafo único, e 174, § 1º, desta Constituição.

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

► Arts. 23, X, e 214 desta Constituição.

► Arts. 79 a 81 do ADCT.